

# PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, IDEOLOGIA E PODER<sup>1</sup>

Tania Andrade Lima

## RESUMO

*As diversas formas de apropriação e manipulação do passado por ideologias dominantes, vêm se configurando, através dos tempos, como eficientes estratégias para justificar ações e políticas de cunho nacionalista, colonialista ou imperialista, em diversas nações.*

*Outrossim, discute-se aqui as relações do Estado brasileiro com seu patrimônio arqueológico, numa perspectiva político-cultural, destacando-se o fato de que somente agora o estudo do passado pré-histórico começa a ser encarado com todo o potencial que esta disciplina pode oferecer.*

“Archaeology and history are so thoroughly modern and so thoroughly political that we have an obligation, in knowing that, to come to terms with the ideological process that is inevitably going to operate in our work”.

Mark Leone, 1982:182.

## 1. INTRODUÇÃO

Sendo a Arqueologia a disciplina que se propõe a recuperar e interpretar o passado e o patrimônio arqueológico a expressão materializada desse passado, cabe aos profissionais que à área se dedicam uma conscientização quanto aos possíveis usos políticos de seu objeto de estudo, uma avaliação quanto ao seu grau de envolvimento com os sistemas vigentes e uma reflexão quanto aos condicionamentos e influências determinados pelos seus próprios valores e ideologias, de modo a alcançar uma maior objetividade e menor comprometimento em seus resultados.

Inúmeros são os exemplos de intervenções do poder na prática arqueológica, visando adequar as interpretações do passado às conveniências do presente e à interesses futuros, com maior ou menor grau de sutileza. Entre eles, o regime nazista na Alemanha, ao tentar criar oficialmente um glorioso passado germânico, para com ele provar, aliado a outros elementos, a superioridade ariana e assim justificar a sua supremacia no mundo; o estado de Israel, para reivindicar o seu território e o direito de existir como nação; potências ocidentais, ao promoverem expedições ao Oriente Próximo, aparentemente para confirmar relatos bíblicos, mas na verdade buscando o controle de áreas estratégicas na Palestina, e assim por diante.

1. Exposição feita ao 2º Encontro Nacional de Preservação de Bens Culturais – Arquivemória II, no painel “Patrimônio Arqueológico e Paisagístico”, em Belo Horizonte, entre 26 e 30 de agosto de 1987. Promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), com o apoio da SPHAN – FNpM.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Em acurada análise, Fowler (1987) discute a Arqueologia a serviço do Estado, e as implicações daí decorrentes no plano teórico e interpretativo. Através de três estudos de caso são por ele analisadas as relações de regimes políticos com o patrimônio arqueológico:

- no México, entre o ano 900 da era cristã e os nossos dias.
- na Inglaterra, do século XVI em diante.
- e na China, a partir de 1949.

a) O México fornece um excelente exemplo de sucessivas manipulações do passado em um mesmo espaço geográfico, desde os aztecas, passando pela época pós-conquista, até os tempos atuais. Os aztecas legitimaram suas genealogias de autoridade e poder, bem como sua expansão imperialista, sincretizando seu passado com o passado tolteca, e utilizando politicamente antigas ruínas ao longo desse processo. Os tempos pós-conquista assistiram gradativamente à emergência de uma consciência nacional; a exaltação do indígena, com a consequente valorização do passado e de seus testemunhos materiais tiveram um papel preponderante no movimento de independência mexicana, no século XIX, com o repúdio aos espanhóis e a tentativa de restauração de um império azteca idealizado, sendo esta idéia novamente retomada durante a Revolução de 1910. À Arqueologia coube a tarefa de resgatar as antigas glórias, atendendo assim à ideologia fortemente nacionalista do Estado mexicano que se mantém até hoje.

b) Muitas vezes a manipulação é menos ostensiva, ocorrendo em níveis mais sutis: é o caso da Inglaterra, a partir do século XVI, que elabora uma série de mitos arqueológicos sobre os monumentos megalíticos, atribuindo-os aos druidas, com a finalidade não apenas de glorificar o passado britânico mas, sobretudo, de justificar a sua ideologia imperialista. Os druidas, dotados de altos conhecimentos filosóficos e mestres *da virtude e da ciência* teriam exportado e difundido seu saber para o resto da Europa e para a Ásia: de início para a Grécia, onde teriam estimulado o surgimento da filosofia e da ciência; para a Índia, possibilitando o nascimento da casta sacerdotal dos brâmanes, e para a China, fornecendo as bases para o Confucionismo. Notáveis engenheiros, seus megalitos espalhados pelas Ilhas Britânicas, tidos por muitos como observatórios astronômicos, seriam testemunhos da sua inventividade, tornando-se objeto de estudo da Arqueologia druídica.

Tais mitos forneceram o suporte para a idéia da superioridade cultural dos antigos bretões, que teriam disseminado pelo resto do mundo a sua sabedoria. Esse conhecimento, assimilado e intensificado por outras culturas, teria retornado às ilhas por ocasião das invasões romanas, saxônicas, dinamarquesas, etc., sido incorporado à sua civilização que, mais uma vez, em generosa missão, responsabilizar-se-ia pela sua difusão entre povos menos favorecidos, no auge do Império Britânico, entre 1850 e 1950, justificando assim o seu notável expansionismo.

c) Na China, com o advento da República popular, em 1949, a Arqueologia adquire uma nova dimensão, assumindo uma função política-

mente educativa. Cabe a ela mostrar às massas chinesas a engenhosidade e a magnificência das suas criações, através dos tempos, ainda que produzidas sob o jugo e a opressão; o Estado expõe ao povo as suas obras, conscienciando-o, para que agora, finalmente livre, ele possa desenvolver toda a sua potencialidade criativa. Do passado, são extraídos ensinamentos que atuam como modelos e a sua interpretação reveste-se de um cunho moralizante, a serviço de um profundo nacionalismo.

A África Meridional, por seu lado, vem tendo o seu patrimônio arqueológico manipulado tanto por segmentos colonialistas quanto pelo nacionalismo branco e negro. Nos países em que a minoria branca detém o poder, as pesquisas vêm sendo usualmente conduzidas por descendentes dos colonizadores que, ao analisarem, por exemplo, a Idade do Ferro sul-africana, enfatizam em seus resultados a diversidade étnica, o tribalismo, os estímulos externos como fatores causais de transformações, mostrando claramente a manutenção de uma ideologia colonial (Hall, 1984:464). A perspectiva dos dominadores não reconhece a sua dinâmica cultural, considerando essas culturas estáticas e sem possibilidades de mudanças, senão pela intervenção de agentes externos, e dessa forma justificando a sua própria interferência. Em contrapartida, a interpretação negra defende o seu indigenato, não admitindo a contribuição de elementos alienígenas nesse processo cultural.

O orgulho nacionalista dos países que fizeram recentemente a sua independência no continente africano está bem evidente na seguinte declaração, feita pelo Instituto de Pesquisas Científicas de Moçambique, em 1979: “O povo moçambicano, através da sua história, produziu material de considerável valor para a herança comum da humanidade (...) É importante, portanto, preservá-lo, como um símbolo da tenacidade e determinação do nosso povo e como uma memória da sua humilhação e dominação estrangeira” (referência em Hall, op. cit.:464).

Dentro desse princípio, os “intérpretes brancos do passado negro” estão sendo rejeitados por essas nações, que passaram a promover suas próprias leituras dos processos culturais. Conforme declarou o presidente do Zimbábue, “é um escárnio para a nossa cultura pedir a um homem branco para interpretar o Grande Zimbábue (...) Sempre que a interpretação do homem branco diferir da interpretação dos estudiosos negros, nós ficaremos com a nossa” (Mufaka, 1982, referência em Hall, op. cit.:464).

A Austrália vem vivendo processo semelhante, dramaticamente resumido nas seguintes declarações de nativos: “Nós, os aborígenes, somos especialistas e autoridades em aborígenes. Nós podemos falar por nós mesmos e não precisamos de especialistas brancos para isso” (Bowdler, 1983:141, referência em Hall, op. cit.:464). Ou ainda: “Os colonizadores tentaram destruir nossa cultura, construíram suas fortunas em cima das terras e dos corpos de nosso povo, e agora, tendo pedido desculpas, querem ainda um bocado dos ossos daquilo que consideram como um passado morto” (Langdorf, 1983:2, referência em Hall, op. cit.:455).

O mesmo sentido de orgulho nativista vinculado à preservação do passado é constatado na maioria dos países de língua espanhola da América Latina, dentro do espírito nacional-populista dos regimes autoritários aí vigentes, e também em alguns movimentos de libertação nacional, como os Tupamaros, no Uruguai, o Sendero Luminoso, no Peru, e assim por diante.

Os resultados da 1ª Conferência de Arqueologia de Salvamento do Novo Mundo (Wilson & Loyola, 1982), realizado em Quito, Equador, em 1981, deixam transparecer claramente o caráter radical que é conferido às culturas tradicionais na manutenção da identidade nacional, bem como a indignação e revolta diante da pilhagem promovida por instituições norte-americanas, responsáveis pela evasão de parcelas consideráveis do patrimônio arqueológico, entre outros, do Panamá, conforme denúncia de Arauz, nesta Conferência (Wilson & Loyola, op. cit.).

### 3. O EXEMPLO BRASILEIRO

Em todos esses casos assinalados, sejam na Europa, Ásia, África ou América, existe um denominador comum que estabelece uma vinculação direta do passado com o presente: a continuidade étnica. As antigas culturas são reconhecidas como ancestrais das sociedades atuais, existindo entre elas um elo histórico. No caso do Brasil, entretanto, e também dos Estados Unidos (Trigger, 1980) houve uma profunda ruptura nesse plano, que determinou uma importante descontinuidade entre as sociedades que antecederam e as que se formaram após o contato com o europeu.

Entre nós, o fato das culturas indígenas terem sido desprezadas, marginalizadas e, em grande parte, exterminadas pela etnia branca que a partir do século XVI tornou-se a classe dominante, marcou profundamente a relação do Estado brasileiro com o seu patrimônio arqueológico, caracterizada pelo interesse na preservação da memória dos vencedores, reservando-se aos vencidos, índios e negros, o paternalismo ou o esquecimento. Como agravante, além da questão dos neobrasileiros não se identificarem etnicamente com as culturas indígenas pré-históricas, os seus restos, sem qualquer traço de monumentalidade, raramente suscitam admiração, com algumas poucas exceções. Assim sendo, sem elementos para despertar orgulho ou assombro, este patrimônio foi relegado à sua própria sorte pelo Estado, até as primeiras décadas do século XX.

Pálidas iniciativas visando a criação de mecanismos de defesa aos bens culturais começam a se esboçar no Brasil a partir dos anos 20. Alberto Childe, à essa época, elabora um anteprojeto de lei voltado exclusivamente para a proteção de bens arqueológicos, sem entretanto encontrar receptividade. Daí em diante, a relação do Estado com o seu passado tem que ser entendida dentro da sua política cultural como um todo, e nessa trajetória distinguimos três cortes, que marcaram intervenções diretas do poder sobre o patrimônio arqueológico:

- 1937: com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a assinatura do decreto-lei nº 25.
- 1961: com a promulgação da lei 3924.
- 1979: com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória e a reformulação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

É apenas em 1937 que o Estado adota, sem precedentes, disposições efetivas para a proteção dos seus bens culturais e, por extensão, arqueológicos, com a criação do serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em janeiro daquele ano. É com Vargas que, pela primeira vez, é formulada uma política cultural oficial para o Brasil, inaugurando a presença do Estado nessa área, através da criação de uma rede de agências destinadas a “gerir os assuntos concernentes ao campo da produção de bens simbólicos” (Aguinaga, manusc.,) entre elas o SPHAN.

Fortemente nacionalista e conservadora, essa política arregimenta a nata da intelectualidade da época, buscando sustentação para o seu projeto de identidade nacional, uma das bases do ideário político-ideológico do Estado Novo. A maioria dos intelectuais aceita a convocação e passa a legitimar o sistema através de uma colaboração direta, ocupando cargos públicos e abdicando, desta forma, de uma postura crítica em relação ao regime.

O SPHAN é criado a partir do anteprojeto de um desses intelectuais, Mario de Andrade, um dos expoentes do Movimento Modernista, a pedido do então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. A ideologia desse Movimento, ao buscar o desenvolvimento de uma consciência brasileira, pregava a volta às origens, valorizando os elementos formadores da nossa cultura e imprimindo uma nova dimensão ao índio e ao negro. Isto se reflete no anteprojeto de Mario de Andrade, que ao se voltar para a proteção do patrimônio artístico brasileiro, aí inclui as chamadas *artes arqueológicas e ameríndias*, embora omita, curiosamente, a produção da etnia negra.

Em sua forma final, esse “aparelho de alcance nacional” (Capanema, *in* Proteção e Revitalização... 1980:109) incorpora, além da produção artística, as *coisas históricas*, desvirtuando, porém, a proposta inicial de Mario de Andrade, que dava à produção cultural um caráter abrangente e democrático. É enfatizada a proteção de bens *de valor excepcional*, caracterizando a postura francamente elitista que marcaria a atuação do órgão por muitas décadas. O Estado passa a patrocinar a proteção dos “monumentos vinculados à experiência vitoriosa da etnia branca” (Falcão, 1984:28), enaltecendo “os feitos, as glórias, em suma, a memória das classes dominantes” (Aguinaga, op. cit.). Passam a ser objeto de atenção do SPHAN sobretudo os monumentos arquitetônicos, *de pedra e cal*, como as fortalezas, símbolo do poderio militar dos colonizadores; as igrejas, representações da sua religiosidade; as fazendas e os sobrados, expressões das elites neobrasileiras, inexistindo qualquer interesse pelos produtos culturais das classes subalternas.

Conforme assinala Aquinaga (op. cit.), “o conflito entre a idéia de patrimônio histórico sustentada por Mario de Andrade e a concepção oficial patrimonialista adotada pelo SPHAN ilustra perfeitamente as tensões que permearam as relações entre os intelectuais originários do Modernismo e o Ministério da Educação. Mario de Andrade e os modernistas estavam empenhados na busca das raízes populares da nossa cultura, em criticar o eruditismo e o artificialismo de uma cultura europeizante, enquanto que o programa político e ideológico do Ministério da Educação pretendia, enaltecendo os heróis e os símbolos da Pátria, construir a base mítica da ditadura”.

A criação do SPHAN é consolidada com a assinatura do decreto-lei nº 25, em 30 de novembro de 1937, que fornece a estrutura de sustentação necessária ao seu funcionamento. Com o objetivo de organizar a proteção do patrimônio, este decreto-lei volta-se para a questão do tombamento dos bens móveis e imóveis, considerados de interesse público, incluindo, explicitamente, os arqueológicos. À essa época começa o tombamento indiscriminado de sítios e coleções, sem critérios definidos, atestando a incorporação da Arqueologia ao novo órgão, sem ter sido previamente estabelecida uma linha de atuação. As tentativas de pesquisa à esta época são isoladas, dispersas, resultantes do esforço heróico de alguns precursores. Nesse período, a disciplina apenas engatinha no Brasil.

Com a promulgação do novo Código Penal em 7 de dezembro de 1940, na linha autoritária e punitiva do Estado Novo, a União passa a submeter à pena de multa e detenção a destruição de *coisas tombadas pela autoridade competente, em virtude de valor arqueológico*, conforme reza o artigo 165 do Capítulo IV.

Essas medidas colocam efetivamente, a partir de então, os bens arqueológicos sob a chancela e tutela do Estado. Entretanto, é somente em 26 de julho de 1961, durante o governo JQ, que esse patrimônio passa a ser regido por uma legislação específica, com a promulgação da lei nº 3924, que *dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos*, tornando-se o instrumento por excelência da preservação e da pesquisa, até a época atual.

O projeto da lei é gerado durante o governo JK, dentro do espírito nacional-desenvolvimentista que foi a sua marca. A ideologia do desenvolvimentismo possibilita a estruturação de um poderoso sistema fundado em noções como *consciência nacional, aspirações nacionais, cultura brasileira*, etc. (Mota, 1975), sobre o tripé *paz, prosperidade e grandeza*. Esse nacionalismo, no entanto, não é mais emocional (político), ufanista, como em Vargas, mas sim racional (técnico), pragmático e voltado exclusivamente para o desenvolvimento econômico (Cardoso, 1975:343), a *qualquer custo*, com vistas ao fortalecimento da nação. Com JK o Brasil abre-se ao capital estrangeiro.

O Plano de Metas, o ideário reformista, os *50 anos em 5* disparam um processo de entusiasmo e euforia que contagia o país, resultando em uma intensa produção cultural. O surto desenvolvimentista contamina a Arqueologia brasileira, que nesse período ganha impulso e recebe forte incremento

externo, abrindo-se igualmente à vinda de missões estrangeiras, destinadas a fomentar o ensino e a pesquisa da disciplina no país.

A vigorosa atuação política de Paulo Duarte, à frente da Comissão de Pré-História, criada em 1952, e do Instituto de Pré-História e Etnologia de São Paulo, resulta em importantes conquistas, como a legislação protetora estadual, específica para as jazidas arqueológicas de São Paulo, aprovada em 4 de agosto de 1953, a exemplo da que havia sido feita no ano anterior para o estado do Paraná.

Essas conquistas levam a Comissão de Pré-História, em 1955, a pedir providências legais ao Governo Federal em âmbito nacional. Em 1957, por solicitação do Ministério da Agricultura, é nomeada uma Comissão Especial, integrada, por Paulo Duarte, Rodrigo Mello Franco de Andrade, então diretor da DPHAN, e José Loureiro Fernandes, da Universidade Federal do Paraná, entre outros, com a incumbência de elaborar um anteprojeto de lei para a proteção de sítios arqueológicos. Encaminhado ao Congresso, esse anteprojeto tramita por praticamente seis anos, sem resultados. Ao que tudo leva a crer, as alianças políticas estabelecidas pelo grupo de Paulo Duarte não foram suficientemente fortes para garantir a sua aprovação. Termina o governo JK, sem que a lei seja sancionada.

Em 1961 o governo JQ inaugura uma nova ordem, eminentemente populista, assentada sobre a divisa *honestidade, Austeridade e Moralidade*. Sob o lema "Brasil para brasileiros" incorpora uma outra concepção de nacionalismo, assumindo uma postura marcadamente anti-colonialista, em defesa dos interesses e da soberania da nação, agora controlada pelo capital internacional.

O jogo político para a aprovação da lei parece encontrar, nesse momento, condições mais favoráveis, com o próprio Presidente da República intervindo diretamente na questão. Nos arquivos da SPHAN constam bilhetes pessoais de Janio Quadros solicitando aos Ministérios da Educação e da Justiça a *preparação de projetos de legislação específica sobre a proteção de nossas jazidas arqueológicas*, incluindo a *regulamentação das escavações para fins científicos*, com carimbo de urgente, apenas seis dias antes da lei ser sancionada. Pronto há seis anos, o projeto é finalmente aprovado pelo Congresso em 20 de julho de 1961, marcando uma nova fase para a defesa do patrimônio arqueológico nacional.

Com esse respaldo fornecido pela lei 3924, a Arqueologia Brasileira entra, nos anos 60, em uma fase de grande dinamismo, com a implementação de pesquisas em todo o país. As missões estrangeiras iniciadas na década anterior são intensificadas, implantando programas nacionais, com recursos externos. Essa participação deixa marcas profundas na metodologia de trabalho aqui utilizada, influenciando toda uma geração de pesquisadores, ora em atividade.

Ao final dos anos 70 é feita pelo Estado uma nova intervenção na área patrimonial, através da criação da Fundação Nacional Pró-Memória e da

reformulação da SPHAN, tendo à frente Aloisio Magalhães. É revista a antiga concepção elitista de bem cultural, eminentemente arquitetônica, que por décadas impregnou a atuação do órgão, e é retomada a filosofia de Mario de Andrade em relação ao patrimônio, valorizando a produção dos segmentos subalternos.

Exaurido o regime militar, processa-se a distensão, abrindo “espaços para políticas públicas socialmente mais abrangentes, ideologicamente mais autônomas e operacionalmente mais eficazes”, conforme assinala Falcão (op. cit.:31). A opção pelos *monumentos de pedra e cal* começa a ser relativizada em 1973, com a implantação do Programa de Cidades Históricas, pelo IPHAN, que busca, a partir daí, entendê-los *dentro do contexto sócio-econômico e cultural das comunidades a que pertencem*, mas ainda com uma perspectiva bastante elitista. Prevendo prospecções arqueológicas e a *instalação de equipamentos de apoio turístico junto a monumentos, ruínas e vestígios arqueológicos* (conforme a Portaria Interministerial MEC/SEPLAN nº 1170, de 27 de novembro de 1979), o Programa põe a Arqueologia a serviço desta concepção, reduzindo-a a uma mera técnica e dela retirando a sua força enquanto disciplina interpretativa.

Um novo programa, de caráter interministerial, é implantado em 1975, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), coordenado por Aloisio Magalhães, com o objetivo de *traçar um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira*, marcando uma efetiva reorientação do conceito de patrimônio cultural, mais tarde implantado na SPHAN/FNpM. Como pano de fundo, a Política Nacional de Cultura, instalada nesse mesmo ano pela gestão Nei Braga à frente do MEC, durante o governo Geisel. Segundo Miceli (1984:57), este foi o “primeiro plano oficial abrangente, em condições de nortear a presença governamental na área constitucional”, inserindo “o domínio da cultura entre as metas da política de desenvolvimento social do governo Geisel”. Cumpre assinalar que o respaldo dado pelas altas lideranças militares ao CNRC e a outros órgãos, à época, na verdade deve ser entendido como uma estratégia destinada a recuperar a imagem desgastada do regime junto às classes intelectuais e artísticas, numa tentativa de angariar o seu apoio.

Essa reformulação atinge a sua culminância ao final de 1979, durante a gestão Eduardo Portela no Governo Figueiredo, com a transferência desses programas ao IPHAN, que é reestruturado dentro dessa nova filosofia, transformado em Secretaria (SPHAN) e acoplado à FNpM. Este novo órgão, com um caráter eminentemente operacional, é criado com a finalidade de contornar a rigidez administrativa da instituição patrimonial e eliminar os entraves burocráticos à execução de seus objetivos, sem sombra de dúvida uma experiência vitoriosa. Ganha incremento a política cultural destinada a desvincular-se da vertente educacional, com vistas à criação do futuro Ministério da Cultura, a grande meta de Aloisio Magalhães.

Dentro dessa nova filosofia, a Arqueologia na SPHAN/FNPM vai paulatinamente ganhando, nos anos 80, uma nova dimensão, até transformar-se em Coordenadoria em 1986. Esse fortalecimento, vindo de dentro da política oficial, não se processa todavia sem traumas, tendo a comunidade científica reagido, em 1985, através da "Carta de Goiânia". Por este documento, a categoria dos profissionais em Arqueologia tenta delimitar as atribuições do Estado e sugerir a política a ser adotada na área patrimonial. Assimilado num primeiro momento como uma ingerência, esse fortalecimento, na verdade, redimensiona a disciplina na esfera estatal, dando-lhe a projeção necessária para o seu pleno exercício. Não obstante, qualquer análise dos seus efeitos a essa altura é prematura, considerando não ter decorrido ainda o tempo necessário para uma avaliação isenta de envolvimento.

#### 4. CONCLUSÃO

O estudo do passado pré-histórico desta nação, sem grandiosidade e sem vínculos com os neobrasileiros, não chegou a despertar a concupiscência dos poderes dominantes, ao longo da sua trajetória. Sem os necessários ingredientes para eventuais manipulações, ele vem, entretanto, se impondo nos últimos anos, tomando vulto nacional e internacionalmente, conquistando espaços nos meios de comunicação, despertando o desejo do seu conhecimento nos vários segmentos sociais. Começam a se esboçar tentativas de utilização da pesquisa arqueológica, como nas justas questões da demarcação das terras indígenas e da preservação da memória negra, e somente agora é que começa a ser antevisto todo o potencial da disciplina em nosso país.

Tudo isso faz com que este seja, na verdade, o momento a exigir a atenção, o cuidado e a conscientização dos arqueólogos profissionais. A categoria deve promover contínuas reflexões quanto a possíveis usos de suas interpretações, a serviço de que ideologias estão sendo construídas (Glock, 1985) e quais os interesses que envolvem a sua prática, já que só o conhecimento do passado produzido com lucidez é que estará realmente a serviço da nação brasileira e da humanidade.

#### AGRADECIMENTOS

A Regina Coeli Pinheiro da Silva. Nossas calorosas e proffcuas discussões em muito contribuíram para aclarar minhas idéias sobre as relações do Estado Brasileiro com o seu patrimônio arqueológico, pelas quais me responsabilizo integralmente.

A Roberto Aguinaga, pelo seu desprendimento ao me ceder um capítulo ainda inédito de sua dissertação para obtenção do título de Mestre em Ciência Política, *Estado Novo: poder do estado e ditadura bonapartista (1935-1945)*, a ser defendida em breve perante a UNICAMP; a sua leitura foi fundamental para a minha compreensão da política cultural do Estado Novo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, M. L.  
1977 – *Ideologia do Desenvolvimento. Brasil: JK – JQ.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FALCÃO, J. A.  
1984 – “Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional.” In: *Estado e Cultura no Brasil*, S. Miceli (org.). São Paulo, DIFEL.
- FOWLER, D. D.  
1987 – “Uses the Past: Archaeology in the Service of the State”, *American Antiquity*, 52(2):229-48.
- GLOCK, A. E.  
1985 – “Tradition and Change in Two Archaeologies.” *American Antiquity*, 50(2):464-77.
- HALL, M.  
1984 – “The Burden of Tribalism: the Social Context of Southern African Iron Age Studies”. *American Antiquity*, 49(3):455-67.
- LEONE, M.  
1982 – “Child’s offspring”. In *Symbolic and Structural Archaeology*. I. Hodder (ed.), Cambridge University Press, pp 179-84.
- MICELI, S.  
1984 – “O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70).” In: *Estado e Cultura no Brasil*, S. Miceli (org.) São Paulo, São Paulo.
- MOTA, C. G.  
1975 – *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. Tese de Livre Docência apresentada à Universidade de São Paulo. (mimeo.).
- TRIGGER, B. G.  
1980 – “Archaeology and the Image of the American Indian.” *American Antiquity*, 45(4):662-76.
- WILSON, R. L. & LOYOLA, G. (eds.)  
1982 – *Rescue Archaeology: Papers from the First New World Conference on Rescue Archaeology*. The Preservation Press. National Trust for Historic Preservation, Washington, D.C.
- MEC.  
1980 – *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Publicações SPHAN, Brasília, nº 31.